

# Nota Informativa

Edição 191/2023

## DESTAQUES

Câmara inicia votação da Reforma Tributária

Congresso decide manter a maioria dos vetos presidenciais

Aprovado plano plurianual para o quadriênio 2024-2027

Haddad indica que vai judicializar desoneração; opção da Fazenda terá compensação financeira

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MCTI realiza reunião para discutir ciência aberta

Ministério lança portal do Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação

Banco Central abre consulta pública para regulamentar criptoativos

MCTI e Finep abrem R\$ 1,2 bilhão em pesquisa para empresas e universidades

Entidades pedem mais prazo para Estratégia de Governo Digital

OpenRAN@Brasil abre chamada para startups com foco em 5G e redes abertas

Conheça os 11 representantes da sociedade civil eleitos para o CGI.br

Comissão de Comunicação da Câmara debate boas práticas para proteção de dados de crianças e adolescentes

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relator retira regime específico para infraestrutura compartilhada de telecom

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Câmara aprova MP que cria o Ministério do Empreendedorismo

## EDUCAÇÃO

Ministro das Comunicações convoca estados e municípios a aderirem à Estratégia Nacional

de Escolas Conectadas

## ORÇAMENTO

Relatório final da LDO já prevê Fust sem contingenciamento

## RELAÇÕES EXTERIORES

CEOs e governos do Brasil e Estados Unidos debatem promoção do comércio bilateral em Brasília

Brasil e Países Baixos assinam acordo para fortalecer cooperação em bioeconomia

## DESTAQUES

### **Câmara inicia votação da Reforma Tributária**

Poder Legislativo | 15/12/2023 – 15h23min

O relator da PEC da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), retirou do seu parecer a criação de uma Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) para beneficiar a Zona Franca de Manaus. A contribuição será substituída pelo IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O deputado apresentou nesta sexta-feira o [parecer](#) sobre as mudanças feitas no Senado. “Optamos pela supressão da Cide e adotarmos o IPI, que será o IPI Zona Franca que, na verdade, cumprirá o mesmo papel”, disse em entrevista a jornalistas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Congresso decide manter a maioria dos vetos presidenciais**

Poder Legislativo | 14/12/2023 – 20h33min

Em sessão na quinta-feira (14), o Congresso Nacional decidiu manter a maioria dos vetos que constavam da pauta. Um dos vetos mantidos foi o veto parcial à Lei 14.375, de 2022, que permite o abatimento de até 99% das dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A lei teve origem na Medida Provisória (MP) 1.090/2021, aprovada no Senado em maio do ano passado. O veto (VET 33/2022) foi decidido no ano passado pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro. Ele vetou o item que dispunha que os descontos em dívidas concedidos no Programa Especial de Regularização Tributária não seriam computados na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do PIS/Pasep e da Cofins. Para o ex-chefe do Executivo, o dispositivo é inconstitucional e contraria o interesse público. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Aprovado plano plurianual para o quadriênio 2024-2027**

Poder Legislativo | 14/12/2023 – 19h31min

Em sessão realizada na quinta-feira (14), o Congresso Nacional aprovou o projeto do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2024-2027. O PLN 28/2023 será encaminhado à sanção presidencial. O PPA é um plano de quatro anos que orienta a elaboração dos

Orçamentos anuais da União durante a sua vigência. Ele estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para investimentos e programas de duração continuada. O texto apresentado pelo governo prevê um total de R\$ 13,3 trilhões distribuídos em 88 programas nos eixos social, econômico e institucional nos quatro anos. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Haddad indica que vai judicializar desoneração; opção da Fazenda terá compensação financeira**

Poder Executivo | 14/12/2023 – 17h51min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou na quinta-feira, 14, que o governo deverá acionar o Judiciário contra a prorrogação da desoneração da folha de 17 setores. O veto à medida foi derrubado pelo Congresso, em uma derrota para a equipe econômica. Em paralelo, a Fazenda vai propor na próxima semana uma alternativa à política, que, segundo o ministro, não teria impactos para o orçamento de 2024 porque será editada junto de uma medida compensatória. Adotada desde 2011, a desoneração é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20%, incidente sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Na prática, a medida reduz a carga tributária devida pelas empresas. O benefício, porém, perderia a validade no fim deste ano.

Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **MCTI realiza reunião para discutir ciência aberta**

Poder Executivo | 15/12/2023 – 14h

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) realizou na sexta-feira (15) a primeira reunião sobre o “Compromisso 3 – Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia”, no âmbito do 6º Plano de Ação do Brasil na Parceria para Governo Aberto. O MCTI coordena esse compromisso e vai promover uma série de encontros para construir a posição brasileira sobre ciência aberta entre pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa e representantes da sociedade civil. A Parceria para Governo Aberto ou OGP (do inglês Open Government Partnership) é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. “Essa é a primeira conversa de um trabalho que vai envolver toda a comunidade científica do país. Todos serão ouvidos, e isso representa a democracia do conhecimento”, afirmou a secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, Marcia Barbosa, na abertura do encontro. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Ministério lança portal do Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação**

Poder Executivo | 15/12/2023 – 10h46min

O MCTI lançou na quinta-feira (14) o portal do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que reúne informações sobre os instrumentos oferecidos para Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), agências e empresas para fomento e parcerias voltados à inovação. O evento virtual de lançamento apresentou as principais ferramentas da página. O secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, Guila Calheiros, explicou que o Marco Legal engloba um conjunto de dispositivos que vêm desde a emenda à Constituição de 2005, que reconheceu a importância da inovação. “Esse portal funciona como um instrumento de compartilhamento de conteúdos para o melhor uso

do Marco Legal da Inovação. É fundamental o uso do marco por instituições públicas e privadas. Ele contém uma série de instrumentos que facilitam a parceria com a academia, mas que têm sido pouco utilizados”, afirmou. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Banco Central abre consulta pública para regulamentar criptoativos**

Poder Executivo | 15/12/2023

O Banco Central lançou consulta pública (CP) para colher, junto à sociedade, subsídios para dar prosseguimento à regulamentação do mercado de prestação de serviços de ativos virtuais (criptoativos) no País. Agora, o BC coloca a consulta pública a campo organizada em oito blocos temáticos e com questionário tendo 38 questões, que podem ser respondidas de forma parcial ou total, sempre com a indicação do tema e da pergunta objeto da manifestação. Os temas foram divididos da seguinte maneira: Segregação patrimonial e gestão de riscos; Atividades desenvolvidas e ativos virtuais negociados; Contratação de serviços essenciais; Regras de governança e conduta; Segurança cibernética; Prestação de informações e proteção dos clientes; Regras de Transição; e Manifestações Gerais. Os interessados podem oferecer contribuições até o dia 31 de janeiro de 2024, por meio do formulário disponível no sítio do Banco Central do Brasil na internet, no endereço [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), acessando sucessivamente os links do perfil geral “Estabilidade financeira”, “Normas”, “Consultas públicas” e “Consultas ativas”. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **MCTI e Finep abrem R\$ 1,2 bilhão em pesquisa para empresas e universidades**

Poder Executivo | 15/12/2023

O Ministério de Ciência e Tecnologia, juntamente com a Finep, lançaram três novos editais do Programa Pró-infra. Chamados de Pró-infra Expansão 2023, Pró-infra Recuperação e Pró-infra Temático, eles somam R\$ 1,2 bilhão em recursos não-reembolsáveis do FNDCT – Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Em fevereiro de 2024, a Finep vai lançar um novo sistema para recebimento de propostas, a “Plataforma de apoio e financiamento da Finep”, que promete ser mais amigável, mais inteligente, com menos exigências para submissão de projetos, deixando exigências documentais para a etapa posterior à aprovação, no momento da assinatura dos contratos. O sistema está em teste e entra em operação em fevereiro. O edital Pró-infra Expansão 2023, na sua 18ª edição, tem por objetivo fomentar a pesquisa no país, através da compra de equipamentos e sua modernização, aumentando a capacitação dos parques brasileiros, tornando-os equiparáveis aos grandes centros do mundo. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Entidades pedem mais prazo para Estratégia de Governo Digital**

Mercado | 15/12/2023

A Coalizão Direitos na Rede, que reúne 50 organizações envolvidas com direito digital, se mobiliza para pedir mais prazo na elaboração da nova Estratégia Nacional de Governo Digital. Em nota, a Coalizão diz que vê com grande preocupação o curto prazo para a manifestação das pessoas e entidades interessadas em contribuir com a elaboração de políticas e estratégias governamentais no processo de Consulta Pública. A nota da Coalizão ressalta que o tema sobre o uso de tecnologias digitais pela administração pública é de interesse de toda a população brasileira, sendo fundamental a garantia de um tempo adequado para revisão, compreensão e manifestação de opiniões. A Lei de Governo Digital já aponta para a necessidade de participação inclusiva e significativa, especialmente daqueles grupos mais vulneráveis no país. Diante desse cenário, a CDR lançou um

documento solicitando a imediata prorrogação ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para que o prazo do processo se estenda até o final do mês de janeiro de 2024 e garanta a ampla participação da sociedade. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **OpenRAN@Brasil abre chamada para startups com foco em 5G e redes abertas**

Poder Executivo | 15/12/2023

O OpenRAN@Brasil está convocando startups que desenvolvem aplicações 5G para colaborar com o programa, que visa acelerar a produção de tecnologias de telecomunicações no país em redes abertas. As selecionadas receberão até R\$ 100 mil e terão acesso à plataforma de testes baseada em Open RAN (Rede de Acesso de Rádio Aberto) para validar soluções. Essa é a primeira vez que as instituições executoras da fase 1 do programa, a RNP e o CPQD, realizam uma chamada pública para startups. O edital será disponibilizado no dia 15/12. Acesse o edital. “O objetivo desta chamada é disponibilizar uma infraestrutura de pesquisa em 5G e Open RAN para que startups que estejam desenvolvendo seus produtos nessa temática possam validar e testar todas as suas hipóteses. E inclusive poder demonstrar seus produtos aos clientes. O que estamos oferecendo é um grande laboratório num ambiente real e com infraestrutura apropriada para testar as ideias das startups de como criar novos negócios. Já para o programa, o benefício é poder trazer as aplicações que vão fazer uso de infraestrutura de Open RAN 5G”, afirma a diretora de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da RNP, Iara Machado. Fonte: RNP

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Conheça os 11 representantes da sociedade civil eleitos para o CGI.br**

Mercado | 15/12/2023

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) anunciou na sexta-feira (15) os candidatos eleitos no 7º processo eleitoral para representantes da Sociedade Civil, que exercerão mandato de três anos no Colegiado. A lista dos titulares e suplentes está disponível em: <https://cgi.br/pagina/resultado-final-das-eleicoes-cgi-br-2023/>. A publicação da portaria de nomeação está prevista ainda para este mês de dezembro. Referência internacional, o CGI.br adota um modelo de governança multissetorial, com efetiva participação de todos os setores da sociedade nas suas decisões. Ao longo dos anos, consolidou-se como um importante espaço de diálogo para a obtenção dos consensos necessários para a elaboração de recomendações e diretrizes relacionadas ao uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil. Desde 2003, o CGI é composto por 21 membros, sendo 11 deles eleitos pela Sociedade Civil – quatro do setor empresarial, quatro do terceiro setor e três da comunidade científica e tecnológica –, nove indicados por órgãos de governo e um integrante de notório saber em assuntos de Internet. O processo eleitoral ocorre dentro de colégios eleitorais composto por entidades representativas desses três setores, que escolhem por meio de voto eletrônico seus representantes no Comitê. Fonte: CGI.br

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Comissão de Comunicação da Câmara debate boas práticas para proteção de dados**

## de crianças e adolescentes

Poder Legislativo | 14/12/2023 – 13h51

O Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves, participou, na tarde da quarta-feira (13), de Audiência Pública na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados. O tema do encontro foram boas práticas para a proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes na internet. Segundo o Deputado Federal Jadyel Alencar (PV-PI), autor do requerimento para realização do encontro, apesar da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estar em vigor desde 2020, a população brasileira ainda tem baixo índice de educação e preocupação quanto ao compartilhamento e uso de dados pessoais. Waldemar Gonçalves abriu a sua fala destacando o compromisso da ANPD com a proteção de crianças e adolescentes. Informou que, no primeiro semestre de 2024, a Autoridade realizará uma tomada de subsídios e um webinar a fim de trocar experiências e colher sugestões da sociedade sobre o assunto.

Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Reforma tributária: relator retira regime específico para infraestrutura compartilhada de telecom

Poder Legislativo | 15/12/2023 – 15h26min

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou na sexta-feira, 15, seu relatório da PEC 45/2019, que trata da Reforma Tributária. No seu texto, Ribeiro suprimiu o dispositivo que trata da concessão de regimes específicos para operações de compartilhamento de infraestrutura dos serviços de telecomunicações. De acordo com Ribeiro, incluir privilégios a determinados setores que estão inseridos no regime normal de contribuição poderá causar novas batalhas judiciais, medidas que quer se evitar com a reforma tributária em debate. Além disso, a inclusão poderia também ocasionar uma relação mais onerosa para o setor, no caso, o de telecomunicações, a depender de como podem ocorrer os debates de regulamentação da proposta, indicou Ribeiro. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Câmara aprova MP que cria o Ministério do Empreendedorismo

Poder Legislativo | 14/12/2023 – 23h20min

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1187/23, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A MP será enviada ao Senado. O texto aprovado na quinta-feira (14) é um substitutivo do relator, deputado Ricardo Silva (PSD-SP). Ele ampliou competências do ministério para tratar também do empreendedorismo feminino, da promoção de startups e da simplificação da interação das microempresas e empresas de pequeno porte com o poder público. O ministério é 38º do governo e foi criado por desmembramento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) passando a assumir funções que antes eram desta pasta, como a gestão sobre microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores e registro público de empresas. O texto de Ricardo Silva inclui ainda outras atribuições, como: apoiar o setor em casos de calamidade pública; promover a inclusão socioproductiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social; desenvolver políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa; e desenvolver políticas, programas e ações de

apoio ao associativismo e ao cooperativismo. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## EDUCAÇÃO

### **Ministro das Comunicações convoca estados e municípios a aderirem à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas**

Poder Executivo | 15/12/2023 – 11h43min

O Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, montou uma força-tarefa para atingir 100% da adesão de estados e municípios à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec). Depois de estender o prazo para essa adesão, fixado agora em 22 de dezembro, o chefe da pasta lançou uma mobilização para alcançar o maior número possível de adesão e, conseqüentemente, escolas conectadas. “A conectividade nas escolas é um trabalho em conjunto e todos devem fazer a sua parte. O MCom vai investir pesado para que essa política alcance todo o país e garanta, além de internet, ensino e aprendizagem de alta qualidade”, defende Juscelino. Monitoramento do Ministério da Educação (MEC) mostra que 3.362 municípios já aderiram (60.36%) à Estratégia, enquanto na rede estadual essa adesão foi de 17 estados (62,96%). No entanto, o esforço do Governo Federal é promover a inclusão digital e social de norte a sul do Brasil, em todos os estados e municípios. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ORÇAMENTO

### **Relatório final da LDO já prevê Fust sem contingenciamento**

Poder Legislativo | 14/12/2023 – 16h58min

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na última quarta-feira, 14, o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN 4/23). Uma das novidades acrescentadas no documento é a previsão de não contingenciamento de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O texto aprovado é o mesmo da redação do projeto de lei complementar (PLP) 77/2022, da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), presidente da CMO. O texto prevê o não contingenciamento dos recursos do Fust em projetos já aprovados pelo Conselho Gestor do fundo. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## RELAÇÕES EXTERIORES

### **CEOs e governos do Brasil e Estados Unidos debatem promoção do comércio bilateral em Brasília**

Poder Executivo | 15/12/2023 – 15h19min

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos debateram com um grupo de CEOs dos dois países, na sexta-feira (15), no Itamaraty, ações para a promoção do comércio e de investimentos bilaterais. Trata-se da 12ª Reunião Plenária do Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos (Fórum de CEOs), presidida pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em conjunto com a secretária de Comércio dos Estados Unidos, Gina Raimondo. A Casa Civil foi representada pelo secretário especial de Articulação e Monitoramento, Mauricio Muniz. Criado em 2007 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Fórum se reúne periodicamente. Tem o objetivo de promover o comércio e os investimentos entre os dois países e é formado por um grupo seletivo de 12 CEOs de empresas brasileiras e 12 CEOs de empresas americanas. Esses executivos formulam e apresentam recomendações aos governos de ambos os países.

Estes têm a responsabilidade de avaliar as recomendações e efetivá-las na extensão possível. A cada edição, é publicado um relatório de progresso, que enumera os avanços realizados e serve de documento base para as próximas reuniões. Fonte: ASCOM Casa Civil

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

## **Brasil e Países Baixos assinam acordo para fortalecer cooperação em bioeconomia**

Poder Executivo | 14/12/2023 – 17h01min

Brasil e Países Baixos assinaram na quinta-feira (14) um instrumento para fortalecer a cooperação em bioeconomia. A parceria, firmada entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério de Economia e Clima, prevê a construção de um plano de ação conjunto sobre economia de base biológica, que deve ser apresentado na próxima reunião do Comitê Conjunto, programada para ocorrer em Brasília, em 2024. “O tema dessa cooperação é uma das prioridades do governo brasileiro em seu programa de reindustrialização em novas bases tecnológicas e sustentáveis”, afirmou a ministra Luciana Santos. “Sei que os Países Baixos estão fortemente comprometidos com as metas de descarbonização e que a agenda do governo para a energia sustentável tem alcançado excelentes resultados. Tanto os Países Baixos como o Brasil têm trabalhado fortemente numa agenda de agricultura sustentável e ambos temos sido exitosos em nossos esforços”, completou. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF  
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: [foco@foco-legislativo.com.br](mailto:foco@foco-legislativo.com.br)